



## Fingo Policy Brief sobre a Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, em Doha, Qatar 4 -6 de novembro de 2025

### Resumo

A Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (às vezes chamada de WSSD2), acontecerá de 4 a 6 de novembro de 2025, em Doha, no Catar. Na Cimeira, os Chefes de Estado deverão assinar uma declaração política sobre o desenvolvimento social, que ficará conhecida como Declaração de Doha. Trata-se de um marco crítico de 30 anos desde a histórica Declaração de Copenhaga para o Desenvolvimento Social<sup>1</sup>, de 1995, que criou três objetivos centrais: **erradicação da pobreza, emprego pleno e produtivo e integração social**.<sup>1</sup> Apesar da presença a longo prazo deste quadro fundamental para o desenvolvimento social, a Resolução 78/261 da Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece explicitamente "a séria preocupação de que os avanços tenham sido lentos e desiguais, com lacunas significativas ainda existentes" na concretização destes compromissos após três décadas.<sup>2</sup>

A Segunda Cimeira Social Mundial, em 2025, visa, por conseguinte, «colmatar as lacunas e voltar a comprometer-se com a Declaração de Copenhaga sobre o Desenvolvimento Social e dar um impulso para a implementação da Agenda 2030».<sup>3</sup> A cimeira centrar-se-á nos três pilares originais de Copenhaga, abordando simultaneamente os desafios contemporâneos, incluindo a transformação digital, a resiliência climática, as transições demográficas e os sistemas universais de proteção social. O principal resultado será a Declaração Política de Doha, já acordada por consenso através de negociações intergovernamentais, que reafirma os compromissos de Copenhaga, alinhando-se simultaneamente com a implementação da Agenda 2030, com base no Pacto para o Futuro e na perspetiva da próxima ronda de desenvolvimento para os objetivos globais após 2030.<sup>4</sup> A cimeira de três dias contará com seis reuniões plenárias, duas mesas redondas de alto nível centradas no reforço dos pilares do desenvolvimento social e na avaliação das lacunas na implementação, e múltiplas sessões de soluções que apresentam abordagens inovadoras.<sup>5</sup>

### Desenvolvimento de processos e coordenação institucional

A cimeira surgiu do relatório "A Nossa Agenda Comum" de 2021 do secretário-geral da ONU, António Guterres, que propôs especificamente uma Cimeira Social Mundial em 2025<sup>6</sup> para promover a proteção social universal (ODS 1.3, parte do ODS 1 "Sem Pobreza". A proteção social é conhecida como segurança social, ou seja, prestações concedidas a indivíduos com base nos riscos enfrentados ao longo do ciclo de vida (por

<sup>1</sup> [Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social 2025 | Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social 2025](#)

<sup>2</sup> <https://docs.un.org/en/A/RES/78/261>

<sup>3</sup> [Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social 2025 | Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social 2025](#)

<sup>4</sup> [https://www.globalpolicywatch.org/wp-content/uploads/2025/01/GPUNW\\_WSSD2.pdf](https://www.globalpolicywatch.org/wp-content/uploads/2025/01/GPUNW_WSSD2.pdf)

<sup>5</sup> [Plataforma de Soluções de Doha para o Desenvolvimento Social | Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social 2025](#)

<sup>6</sup> [A segunda Cimeira Social Mundial das Nações Unidas 2025 | Fórum de Política Global Europa](#)

exemplo, desemprego, invalidez, maternidade, etc.) e às pessoas que sofrem de pobreza geral e exclusão social<sup>7</sup>. Os programas de proteção social desempenham um papel importante na estabilização das economias e no apoio aos grupos vulneráveis. O Relatório Social Mundial 2024 da ONU concluiu que as pessoas em países com sistemas de proteção social fortes se saíram melhor durante as crises recentes. No entanto, apenas metade do mundo tem acesso a, pelo menos, uma prestação de proteção social. A prestação de proteção social em situações de crise pode utilizar diferentes mecanismos para os sistemas que oferecem proteção social em situações de estabilidade.<sup>8</sup>

A ONU DESA (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas) foi a principal instituição organizadora da Cimeira Social através da sua Divisão para o Desenvolvimento Social Inclusivo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu mecanismos de coordenação específicos, incluindo um Grupo de Trabalho que prepara contributos tripartidos de governos, empregadores e trabalhadores.<sup>9</sup> O processo preparatório foi conduzido pelos cofacilitadores Embaixador Philippe Kridelka (Bélgica) e Embaixador Omar Hilale (Marrocos), seguindo um calendário estruturado desde a recolha de contributos pelos Estados-Membros em fevereiro de 2025 até ao consenso sobre a Declaração Política em agosto de 2025. As consultas regionais e as audições das partes interessadas foram integradas ao longo de todo este processo, embora com limitações notáveis em comparação com os preparativos de Copenhaga de 1995.

### Preocupações críticas da sociedade civil

Existem oportunidades para a sociedade civil participar na Cimeira Social através de um Fórum da Sociedade Civil, e as redes globais ou regionais da sociedade civil (Forus e GCAP) estão a mobilizar-se globalmente para garantir que a Declaração de Doha se traduz numa ação nacional inclusiva e responsável. O objetivo é contrariar o sentimento generalizado entre as organizações da sociedade civil de que a preparação da Cimeira Social não foi dotada de recursos adequados e, conseqüentemente, não foi inclusiva. As organizações da sociedade civil levantaram três críticas fundamentais ao processo da WSSD de 2025;

- (1) **Exclusão da sociedade civil:** ao contrário do extenso e inclusivo processo preparatório que caracterizou Copenhaga 1995, o processo atual tem sido "notavelmente mais curto e significativamente mais conduzido pelo Estado", com a sociedade civil "em grande parte na periferia", à medida que as negociações intergovernamentais têm precedência<sup>10</sup>. O Conselho Internacional de Bem-Estar Social (ICSW) observa que a sociedade civil agora fornece comentários sobre quadros pré-determinados, em vez de moldar a agenda, como fez em 1995.
- (2) **Falta de metas mensuráveis:** a Coalizão Global para Pisos de Proteção Social critica a ausência de compromissos quantitativos na maioria das áreas de desenvolvimento social, argumentando que "a discussão da desigualdade deve ser abordada com dados sobre dimensões mensuráveis que são sistematicamente monitorados".<sup>11</sup>
- (3) **Desafios da responsabilização na implementação:** dadas as lacunas persistentes entre as propostas políticas e as ações concretas, os críticos enfatizam que "a implementação deve corresponder à ambição" (ICSW), enquanto para melhorar a prestação de contas, a Plataforma Global de Apelo à Ação (GCAP) insta a "instituir mecanismos de revisão a cada 3-5 anos para responsabilizar os Estados".<sup>12</sup>

<sup>7</sup> [Proteção social | Organização Internacional do Trabalho](#)

<sup>8</sup> [Desenvolvimento social em tempos de crises convergentes: um apelo à ação global | Nações Unidas](#)

<sup>9</sup> [Questões a analisar pela Comissão dos Assuntos Gerais: contributo tripartido da OIT para a Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social em 2025](#)

<sup>10</sup> [A caminho da Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social: uma reflexão intermédia](#)

<sup>11</sup> [Posição do GCSPP sobre a REV 1 da Declaração Política WSSD2 - www.socialprotectionfloorscoalition.org](#)

<sup>12</sup> [Cimeira Social Mundial 2025: GCAP apela a uma declaração política ousada para transformar o desenvolvimento social – Apelo global à ação contra a pobreza \(GCAP\)](#)

## Lacunas temáticas e áreas de desenvolvimento

1. Alguns informantes do Fingo expressaram preocupação com a falta de representação na Cimeira Social Mundial das **necessidades humanitárias, do direito internacional humanitário e do contínuo humanitário para o desenvolvimento**. É claro para a sociedade civil que trabalha **em contextos afetados por crises** que existem considerações especiais no desenvolvimento social para esses contextos. Estas preocupações incluem o desejo de reconhecimento do papel especial dos prestadores não estatais de serviços de desenvolvimento social na linha da frente e, em alguns casos, questões relacionadas com a confiança e a legitimidade dos governos. Os provedores de desenvolvimento social em crises são muitas vezes fragmentados e podem não ser oficialmente reconhecidos. Os tipos e fontes de recursos financeiros e de assistência técnica necessários para manter o desenvolvimento social em situações de crise podem ser diferentes, por exemplo, exigindo apoio financeiro internacional.
2. **Os defensores da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos (SDSR)** notaram que o espaço para a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos na Declaração de Doha se tornou mais fraco com o desenvolvimento dos projetos da declaração, provavelmente refletindo a politização da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, mas também uma perda de atenção por parte dos defensores da saúde sexual e reprodutiva. Dada a primazia da SDSR para a igualdade de género, os defensores manifestaram a esperança de que os defensores levantem a questão de forma vocal em Doha e continuem a consolidar o seu apoio à SDSR a nível mundial.
3. A Declaração de Doha é, em grande medida, omissa quanto à questão do financiamento, talvez porque o financiamento do desenvolvimento tenha sido abordado na Quarta Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento (FfD4), realizada em Sevilha, em junho de 2025. *O Compromiso de Sevilla*<sup>13</sup> descreve as seguintes fontes de financiamento para o desenvolvimento: recursos públicos internos, negócios privados nacionais e internacionais e financiamento, cooperação internacional para o desenvolvimento, comércio internacional e sustentabilidade da dívida e da dívida. No entanto, não existe atualmente uma modelização **sobre o papel que estas diferentes fontes de financiamento devem desempenhar no financiamento do desenvolvimento social** e, por conseguinte, não existe qualquer meio de responsabilizar os países ou os doadores pelo financiamento dos resultados. As preocupações expressas pelos países de rendimento baixo e médio-baixo (PRMI) quanto ao desafio de proporcionar desenvolvimento social aos seus cidadãos no contexto de **uma dívida esmagadora não** foram refletidas na Declaração de Doha. Esta falta de articulação política entre as duas conferências deixa também o sector privado sem uma articulação clara do seu papel no desenvolvimento social, nas suas diferentes dimensões de empregador, prestador de serviços, gerador de receitas fiscais e responsabilidade empresarial. As redes da sociedade civil enfatizaram que os gastos sociais devem ser protegidos de medidas de austeridade e condicionalidades da dívida, garantindo que as reformas de financiamento discutidas em Sevilha apoiem diretamente os objetivos de proteção social e inclusão.
4. Embora aplaudindo o desenvolvimento da política de proteção social, vários informantes do Fingo observaram que as expressões de compromisso em relação à **Cobertura Universal de Saúde** não vão longe o suficiente. A falta de atenção à Cobertura Universal de Saúde e à proteção financeira da saúde (ODS 3.8.2<sup>14</sup>) prejudicará a Proteção Social. 4,5 mil milhões de pessoas no mundo carecem de cuidados de saúde abrangentes e mais de 1 bilião de pessoas são empurradas anualmente para a pobreza devido a despesas de saúde catastróficas.<sup>15</sup> Uma lacuna significativa na declaração foi o foco insuficiente para **as doenças não transmissíveis (DNT)** como o principal impulsionador mundial de mortalidade prematura, incluindo as DNT em situações de crise, embora as DNT sejam a principal fonte de morte prematura em todo o mundo. Dado que as mulheres vivem mais do que os homens e com uma saúde

<sup>13</sup> <https://financing.desa.un.org/ffd4/outcome>

<sup>14</sup> [ODS 3.8.2 Despesas catastróficas com a saúde \(e indicadores conexos\)](#)

<sup>15</sup> [Rastreado a Cobertura Universal de Saúde: Relatório de Monitoramento Global de 2023](#)  
<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099652109152323107/idu051ce03f40370f045f30bf7e04bcd3eb96c9b>

mais precária, abordar as DNT também é fundamental para a igualdade de género e a inclusão das pessoas com deficiência.

5. Vários grupos salientaram a importância das abordagens **para além do PIB** ou da **economia do bem-estar** como uma nova abordagem à tomada de decisões para melhorar o desenvolvimento social e outros objetivos de desenvolvimento. Alguns países mostraram-se preocupados com a possibilidade de serem excluídos do apoio financeiro internacional devido ao aumento do seu PIB, que não tem em conta as suas outras vulnerabilidades, o que levou a apelos ao índice de vulnerabilidade multidimensional. Isso constava da declaração. Outros países, como a Finlândia, apelaram a uma forma renovada de tomada de decisões à luz do Pacto para o Futuro e dos progressos realizados desde os ODS, que considera as dimensões social, ecológica e económica das questões de política social. Isto é considerado na declaração, mas requer mais trabalho e desenvolvimento metodológico para que os ganhos das abordagens da Economia do *Bem-Estar* para o desenvolvimento sustentável possam ser realizados.
6. O cuidado e o apoio, e a **economia do cuidado** surgiram das regiões dos países em desenvolvimento (certamente da ALC e da África) devido à sua possibilidade de abordar a demografia, a igualdade de género e formalizar o trabalho informal. Em particular, países como o Quênia, que tem vindo a desenvolver uma política de cuidados sobre os princípios da economia da prestação de cuidados, destaca as formas como a adoção de uma abordagem de economia da prestação de cuidados pode resultar, especialmente nas mulheres, numa melhor inclusão na força de trabalho formal e nos sistemas de proteção social.

## Recomendações

### Objetivos para os governos, a ONU e outros responsáveis

#### 1. Criar espaços seguros e corajosos para que diversas vozes participem do desenvolvimento social

Os governos têm de reconhecer que a política social exige **mais inclusão de vozes diversas** do que tem sido o caso na preparação da Cimeira. A sociedade civil pode participar efetivamente no desenvolvimento em curso da política social a nível nacional e local. A sociedade civil, e especialmente os representantes das comunidades em risco, necessitam de espaços seguros em que as coisas difíceis possam ser ditas com segurança e diferentes pontos de vista possam ser ouvidos. Os responsáveis devem reconhecer o desafio maior da participação igualitária dos grupos discriminados. Devem também notar que algumas redes e comunidades de interesse funcionam como filtros, não plataformas para vozes marginalizadas, pelo que é necessária uma diversidade de abordagens de participação. As preocupações com a inclusão de grupos discriminados incluem a Europa, como o Civicus observou no momento estreitamento do espaço da sociedade civil nos países europeus. Um dos principais pedidos de apoio é que a **ONU amplie aos governos o papel crítico que a sociedade civil desempenha no planeamento, monitorização e responsabilização, e crie espaços seguros e significativos para a sociedade civil na implementação e monitorização da Declaração de Doha**. Apelamos à OIT e à ONU Desa para que reconheçam o maior desafio da participação equitativa de alguns grupos e utilizem redes e comunidades de interesse para erguer a sua voz onde os canais locais, nacionais ou outros canais geográficos para a voz atuem como filtros, não como plataformas.

#### 2. Defender os ganhos em matéria de igualdade de género e de saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR)

Os parceiros preocupados com a **igualdade de género e/ou a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos (SDSR)** em todo o mundo olham especialmente para os países nórdicos para ajudar a salvaguardar os ganhos obtidos desde a Declaração de Pequim para estas causas. A SDSR continua a ser essencial para os direitos e a dignidade das mulheres e para apoiar a sua participação na economia. Fingo também exorta os governos a trabalharem em futuras sessões de CSocD e outros processos intergovernamentais para desenvolver linguagem sobre a Cobertura Universal de Saúde no desenvolvimento social, de modo a incluir melhor grupos marginalizados ou invisíveis na Segunda Cúpula Social Mundial, como as pessoas LGTBQ+, que não são referenciadas na declaração.

#### 3. Preparar os investimentos e a cooperação para o desenvolvimento social com os países em crise.

Ao implementarem a Declaração de Doha, os governos e o sistema multilateral devem prestar especial atenção aos diferentes desafios que se colocam à obtenção de resultados em matéria de **política social em contextos afetados por crises**, como conflitos, catástrofes naturais ou pobreza extrema. Estes contextos exigem formas adequadas de cooperação e investimento, e há considerações especiais sobre a garantia de resultados equitativos nesses contextos. Os grupos da sociedade civil têm uma enorme experiência e discernimento para contribuir para a conceção de soluções em tais contextos. Os doadores podem desempenhar um papel no **apoio a plataformas em que os intervenientes em contextos de crise possam cooperar para elaborar um conjunto de recomendações políticas específicas para o desenvolvimento social em crise**, a fim de fundamentar os objetivos pós-Agenda 2030.

#### 4. Mude o poder e crie canais para as pessoas marginalizadas falarem

Em termos de todo o planeamento e financiamento do desenvolvimento, a transferência do poder para os governos nacionais deve acontecer, com os planos nacionais a fornecerem o enquadramento para todas as contribuições financeiras. Isto deve ser combinado com mecanismos fortes para garantir que a voz das pessoas, da sociedade civil e dos grupos marginalizados está a ser ouvida.

### 5. Colmatar as lacunas da Declaração de Doha no âmbito da Cobertura Universal de Saúde.

Apelamos aos Estados-Membros para que desenvolvam a linguagem relativa à **proteção financeira da saúde**. Instamos também os planos nacionais a reconhecerem melhor as importantes tecnologias, políticas e ganhos sociais no domínio da saúde alcançados desde Copenhaga, por exemplo, em matéria de saúde sexual e reprodutiva, na aceitação dos direitos à saúde de diferentes grupos e em matéria de doenças não transmissíveis, bem como de saúde em situações de crise. A abordagem das doenças não transmissíveis (DNT) é uma parte crítica da Cobertura Universal de Saúde e também deve ser apoiada nos compromissos dos doadores com os planos nacionais de saúde. Existe também uma ligação importante com o pilar do emprego da Declaração de Doha, uma vez que a saúde e os cuidados de saúde são importantes empregadores e uma fonte de empregos de qualidade durante um período de transições demográficas, climáticas e digitais, bem como uma intervenção para a igualdade de género.

### 6. Rever em conjunto os Compromissos de Sevilha e a Declaração de Doha para promover um modelo de financiamento que assegure o desenvolvimento social.

O Compromisso de Sevilha da Quarta Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento chegou a acordo sobre as fontes de financiamento, e a Declaração de Doha parte do princípio de que serão disponibilizados mais recursos para a proteção social, a cobertura universal dos cuidados de saúde e as medidas de inclusão. No entanto, as duas declarações não estão ligadas através de uma via política que canalize o aumento do financiamento para o desenvolvimento social. Muitos países estão sobrecarregados pela dívida ou pela exclusão de medidas de assistência financeira adequadas à sua vulnerabilidade multidimensional. Por conseguinte, apelamos **aos doadores para que reconheçam o desenvolvimento social como uma área de investimento** que permitirá aos países traçar os seus próprios caminhos de desenvolvimento e a necessidade urgente de investir recursos, tal como descrito no Compromisso de Sevilha. O reconhecimento dos diferentes instrumentos do conjunto de instrumentos de financiamento deve ser revisto, ligando a FfD4 à WSSD2, juntamente com a sua adequação a diferentes contextos e necessidades.

Este trabalho **de alinhamento da FfD4 e da WSSD2 para criar um modelo de financiamento para o desenvolvimento social** deve ser urgentemente realizado para que todos os intervenientes compreendam as suas responsabilidades para com o desenvolvimento social.

### 7. Empregos que constroem economias e proporcionam ganhos sociais e climáticos

Os governos devem basear-se na tónica colocada na Segunda Cimeira Social Mundial no emprego, a fim de incentivar economias mutuamente vantajosas que produzam resultados sociais e climáticos a par do emprego. Os governos devem também ser incentivados a investir na configuração de economias que proporcionem empregos de qualidade em consonância com as transições sociais e climáticas. Por exemplo, os setores da saúde e dos cuidados de saúde são grandes empregadores e precisam de respeito e investimento, juntamente com o desenvolvimento digital, e os governos podem aprender com a experiência de pioneiros no desenvolvimento de abordagens da Economia do Cuidado, como o Quénia.

#### Para a sociedade civil: Disseminação de soluções que contrariem narrativas de desesperança

Apelamos a que a **sociedade civil sirva de modelo para explicações claras e orientadas para soluções das ações que ajudam os cidadãos a moldar os resultados da política social** delineados na Declaração de Doha e para que demonstre as **soluções escaláveis que proporciona para problemas urgentes no desenvolvimento social**. A sociedade civil canaliza ativamente as vozes dos cidadãos para a política e o planeamento, podendo também atuar como prestador de serviços (muitas vezes sob a coordenação do governo e, por vezes, ao lado do setor privado). Também tem desempenhado papéis bem-sucedidos na prestação de contas, permitindo que os países corrijam o rumo na implementação de suas políticas e levantando questões de direitos humanos para a ação nacional e internacional. Tudo isto **demonstra as ações que os governos podem tomar para avançar com a implementação da Cimeira Social e responder tanto às necessidades como às soluções concebidas pela sociedade civil**.

O Fórum da Sociedade Civil na Cimeira Social pode criar espaço para novas formas de encarar a economia social, como a economia do bem-estar e a liderança de pensamento «para além do PIB», bem como atuar como defensor de domínios como a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, as igualdades e o próprio espaço da sociedade civil.

## Contexto geral

Informação da ONU DESA sobre a Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social [Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social 2025 | Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social 2025](#)

Forus acolhe um centro global de recursos para a sociedade civil nas Campanhas da Cimeira Social [| Forus](#)

A Fingo e a UNRISD convocaram uma consulta multilateral nórdica sobre os progressos realizados desde a Declaração de Copenhaga e esperam a Segunda Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social.

[Perspetivas da sociedade civil nos países nórdicos: Abrindo caminho para a Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social](#)

## Impactos

A Segunda Cimeira Social Mundial e a Declaração de Doha proporcionarão um quadro importante para o desenvolvimento do próximo conjunto de objetivos globais de **desenvolvimento sustentável** após o termo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2030. Promoverá igualmente o **desenvolvimento sustentável** a nível nacional, informando os quadros nacionais em matéria de erradicação da pobreza, trabalho e inclusão.

A Declaração de Doha defende os ganhos alcançados no desenvolvimento do quadro dos **direitos humanos** que conduziu à declaração original de Copenhaga, bem como os obtidos desde então. Faz apelos claros à **igualdade e à não discriminação** como princípio geral e especifica alguns dos direitos em matéria de pobreza, emprego e inclusão de grupos discriminados específicos, **incluindo a inclusão de pessoas com deficiência**. A este respeito, a Declaração de Doha constitui um instrumento útil para o acompanhamento e a responsabilização da sociedade civil em matéria de igualdade e não discriminação, em especial no que diz respeito aos grupos designados. A Declaração de Doha demonstra ainda uma linguagem que é nova nos documentos da ONU, mas está em consonância com o desenvolvimento da compreensão dos direitos das pessoas idosas, que foi cristalizado na decisão de desenvolver uma Convenção sobre os Direitos das Pessoas Idosas. A Declaração de Doha inclui sete referências às «pessoas idosas», abrangendo o empreendedorismo, a aprendizagem ao longo da vida, a participação, a habitação e a proteção contra a discriminação, e 3 compromissos sobre o «envelhecimento da população», incluindo o reconhecimento de que, até 2030, o número de pessoas com 60+ será superior ao dos jovens, com o crescimento mais rápido nos países em desenvolvimento<sup>16</sup>, e exige políticas para responder. No entanto, os direitos de grupos que ainda não estão refletidos em acordos internacionais, como os direitos das pessoas LGBTQ+, não são referenciados no documento. Será importante que a sociedade civil apoie grupos de pessoas marginalizadas que não se veem refletidas aqui para garantir voz e acesso aos planos nacionais de desenvolvimento social para promover seus direitos. **Os doadores internacionais poderiam também desempenhar um papel na criação de uma plataforma para os grupos invisibilizados na Declaração de Doha refletirem sobre os riscos, lacunas e oportunidades decorrentes da Declaração.**

A Declaração de Doha estabelece ligações entre a agenda de desenvolvimento social e o **clima e a biodiversidade**, deixando qualquer planeamento pormenorizado sobre o clima ao critério dos processos da CQNUAC. Demonstra uma consciência do trabalho global que liga a necessidade de proteção social a transições justas. Demonstra o reconhecimento da necessidade de ajudar as pessoas a sustentarem-se a si próprias através da provável deslocação do emprego e da requalificação das transições verde e digital, bem como da consequente reorganização do trabalho. Por conseguinte, os preparativos para a Declaração de Doha poderiam ter ido mais longe do que apenas considerar a possibilidade de apoiar a implementação do *Acelerador Global para o Emprego e a Proteção Social para Transições Justas*. **Associar os esforços de redução da pobreza, através do emprego e da proteção social, às transições climática, digital e demográfica**

<sup>16</sup> <https://www.un.org/en/global-issues/ageing>

**seria um canal frutuoso para o diálogo e a conceção entre os governos, o setor privado e a sociedade civil durante a execução.**

A Declaração de Doha desenvolveu-se ao longo dos seus projetos para refletir melhor a **evolução da distribuição do poder** a nível mundial e a necessidade **de transferir o poder** para os Estados nacionais que traçam as suas próprias vias de desenvolvimento. No entanto, não foi tão longe como o *Compromiso de Sevilla* após a Quarta Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, ao descrever os planos nacionais como base para a cooperação futura. Embora o documento assuma um círculo virtuoso de formalização do emprego, aumento das receitas fiscais e aumento da cobertura da proteção social e da saúde, fica aquém de atender às demandas dos países de renda baixa e média baixa para a revisão dos acordos de dívida, e não especifica os volumes de financiamento concessional que devem ser fornecidos pelos países ricos para que esses investimentos no desenvolvimento social aconteçam, o que colocaria todos os países em um caminho para prosperar.

Apesar dos diálogos regionais propostos na preparação do processo por intervenientes como a OIT e a UNRISD, e apesar do Fórum da Sociedade Civil a ser convocado na Cimeira pelo Comité das ONG para o Desenvolvimento Social, **as condições para a ação e participação da sociedade civil** durante a preparação da Cimeira Social têm sido fracas. Consultas informais em discussões convocadas pelo FORUS (com Fingo) e CONCORD destacaram grupos de fatores que afetam a participação da sociedade civil, incluindo: (1) escassez de recursos para organizações da sociedade civil durante um período de cortes de financiamento (2) preocupações para parte da sociedade civil sobre estar presente na Cúpula por razões políticas (3) a falta de alcance público significativo (4) o número de conferências concorrentes em 2025 disputando a atenção da sociedade civil. FINGO, FORUS e algumas outras organizações em todo o mundo estão procurando realizar mais comunicações da sociedade civil e públicas no período que antecede a Cúpula e além, no período de implementação e conceção do monitoramento da Cúpula em futuras reuniões das Comissões de Desenvolvimento Social, para trazer oportunidades mais amplas para um envolvimento significativo da sociedade civil.

As organizações da sociedade civil - e especialmente as plataformas nacionais de ONGs e redes de OSC - podem ajudar a garantir que esses compromissos se traduzam em ações, promovendo diálogos nacionais, documentando o progresso e ligando as realidades locais a mecanismos globais de responsabilização.

## Informações adicionais

### Informações da autora:

Essi Lindstedt-White, Conselheira de Direitos Globais, Fingo – ONG finlandesas para o desenvolvimento  
Essi.Lindstedt@fingo.fi | 050 317 6700  
[www.fingo.fi](http://www.fingo.fi)

Estou grata ao contributo de muitas organizações da sociedade civil na Finlândia e no mundo, que generosamente teceram os seus comentários sobre o desenvolvimento da Segunda Cimeira Social Mundial e as suas sugestões para o crescimento e o desenvolvimento que devemos procurar realizar no futuro.

A Fingo é a organização de cúpula de 250 organizações finlandesas da sociedade civil envolvidas na cooperação para o desenvolvimento, no desenvolvimento sustentável e na educação para a cidadania global e é especialista em desenvolvimento global